



ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE POSSE- GO

PRODUTO 3 – PLANO DE TRABALHO



Instituto de Desenvolvimento
Tecnológico do Centro-Oeste

FICHA TÉCNICA

PREFEITO MUNICIPAL
HELDER SILVA BONFIM

VICE - PREFEITO MUNICIPAL
OSMAR RODRIGUES DE AQUINO JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
AURÉLIO CHAVES VALENTE

NÚCLEO GESTOR PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE POSSE- GOIÁS

(Instituído pelo Decreto n° 281/2022)

Aurélio Chaves Valente (Coordenador Geral)
Secretário Municipal de Infraestrutura

Luiz Augusto Pereira
Arquiteto Voluntário

João Ananias Ferreira da
Fiscal de Tributos e Edificações da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Debora Patson Silva da Costa
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Roberval Ferreira Costa
Diretor do Departamento de Trânsito da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Amanda Amaral da Mata
Superintendente da Secretaria Municipal de Administração

Izrael José da Rocha
Fiscal de Tributos e Edificações da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Marilene Francisca de Sá Silva
Assistente Social

Rosália Pereira de Magalhães
Administrativo da Secretaria Municipal de Educação

Gislaine Moreira da Silva
Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Saúde

Ericsojan Soares Alves
Secretário Municipal de Obras22 e Serviços Urbanos

**EQUIPE TÉCNICA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CENTRO-
OESTE**

Selomar Célio Breda
Presidente do ITCO

Carla Rosana Azambuja Herrmann
Arquiteta Urbanista, Mestre em Engenharia do Meio Ambiente

Claudia de Sousa Guedes
Engenheira Ambiental e Sanitarista e Mestre em Engenharia do Meio Ambiente

Fernanda Antônia Fontes Mendonça
Arquiteta e Urbanista, Mestre em Projeto e Cidade

João Ponce
Tecnólogo em Geoprocessamento

Lorena Sulino Assunção
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Especialista em Gestão de Projetos e Mestre em
Desenvolvimento e Planejamento Territorial

Emilly Honorato Soares
Estudante de Arquitetura e Urbanismo

Luiz Fernando Cruvinel Teixeira
Arquiteto urbanista

Adriana Azevedo Ruggiero Mascarenhas
Arquiteta e Urbanista

Raquel Alves Inatomi
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Especialista em Gestão de Projetos

João Otávio Dagnone
Arquiteto e Urbanista

Nilson Clementino Ferreira
Engenheiro Cartógrafo Doutor em Ciências Ambientais

Marcos Martins Borges
Geógrafo, Mestre em Geografia

Poliana Nascimento Arruda
Engenheira Ambiental e Sanitarista e Doutora em Ciências Ambientais

Sívio Costa Mattos
Geólogo e Eng. Seg. no Trab., Especialista em Políticas Públicas

Tiago Rocha Faria Duque
Engenheiro Geólogo, Me. Geologia Estrutural e Tectônica, Especialista em Geoprocessamento

APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao segundo produto (Plano de Trabalho) da elaboração do Plano Diretor Municipal, cujo objetivo é apresentar a metodologia para a execução dos serviços técnicos e o cronograma de entrega de produtos ao cumprimento do contrato n° 40/2022 firmado entre o Município de Posse e o **Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro - Oeste (ITCO)**, inscrito no CNPJ-MF sob o número 06.030.675/0001-60, situado a Av. Anhanguera, n° 5.674, sala 101, Centro, Goiânia, Estado de Goiás. Essa parceria com o Município de Posse-GO, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público, com atuação em rede, mediante a execução de ações de consultoria, assessoria, orientação, treinamento, tem como objetivo **elaborar o Plano Diretor Municipal de Posse – GO** com o enfoque e contribuição da participação da comunidade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
SUMÁRIO	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	7
2.1 Objetivo geral	7
2.2 Objetivos específicos	7
3. ETAPAS	8
4. CONCEITO E METODOLOGIA	11
4.1 Eixos temáticos	13
4.1.1 Eixo temático meio ambiente e sustentabilidade	14
4.1.2 Eixo temático ordenamento territorial urbano e rural	18
4.1.3 Eixo temático governança pública	23
4.2 Etapas intermediárias	25
4.2.1 Leitura e análise do território	25
4.2.2 Leitura comunitária	27
4.2.3 Diretrizes e ações	27
4.3 Etapa final - Minutas dos Projetos de Lei	28
4.3.1 Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)	29
4.3.2 Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo	30
4.3.3 Projeto de Lei do Parcelamento do Solo Urbano	31
4.3.4 Projeto de Lei de Condomínio de Lotes	31
4.4 Escalas	32
4.5 Produção cartográfica	34
4.6 Meios metodológicos	36
4.7. Integração das etapas, eixos temáticos, temas, subtemas, meios metodológicos e produtos esperados	37
5. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	42
5.1. Comunicação e divulgação	47
6. CRONOGRAMA	49
6.1. Eventos previstos em cada etapa	51
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
8. REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

O município de Posse está localizado no estado de Goiás, Mesorregião Nordeste de Goiás, microregião Nordeste Goiano, estando à distância de 514 km da capital do estado, Goiânia, e 295 km de Brasília e com uma população estimada de aproximadamente 37.924 habitantes (IBGE, 2010). A história de Posse está associada a vinda de imigrantes nordestinos para a região, com o objetivo de fugir da seca e trabalharem no cultivo de cereais (POSSE, 2017). Após um surto de malária a população que vivia na região ocupou uma nova área as margens do Córrego Passagem dos Gerais, denominado Povoado de Posse. Em 1855, Posse tornou-se um distrito devido o desenvolvimento econômico da região e em 1872 foi concedida a autonomia municipal ao Distrito.

Possui limites com os municípios de Iaciara, Simolândia, Guarani de Goiás, Mambaí, Buritinópolis, Alvorada do Norte e Correntina (BA), estando a uma altitude de 950 metros, à margem da BR-020 (Brasília-Fortaleza). Conhecida como a Rainha do nordeste goiano, desde sua emancipação em 1872, o município comemora 150 anos em 19 de julho 2022.

Quanto a economia do município, a agricultura e pecuária tem se destacado e o turismo é fortalecido pelo Parque Estadual Terra Ronca, grande atrativo da região.

Dessa forma, visto as possibilidades de crescimento do município, o uso de instrumentos que possam indicar os caminhos do crescimento urbano e rural são essenciais para o desenvolvimento de forma ordenada e estruturada dos municípios, atendendo as peculiaridades de cada região e suas realidades específicas.

O Plano Diretor é um instrumento previsto pela Lei Federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001) (Estatuto da cidade) e na Constituição Federal nos seus art. 182 e 183 (BRASIL, 1988), considerado um dos mais importantes para o ordenamento territorial do município como um todo, ou seja, urbano e rural. O Plano Diretor estabelece estratégias de planejamento e diretrizes para organização do território, sendo que este documento deve possuir caráter coletivo, unindo a gestão municipal e a participação popular na busca pelo efetivo desenvolvimento econômico, social e físico de todo o território do município (DECARLI; FERRAREZE FILHO, 2008).

Neste contexto, de forma a garantir o direito a cidades sustentáveis e a gestão democrática, o Estatuto da Cidade em seu artigo 41 estabelece que em municípios com mais de 20 mil habitantes deve-se elaborar o Plano Diretor, sendo um documento essencial para o desenvolvimento sustentável do município. (BRASIL, 2001).

Deste modo, o presente produto - Plano de Trabalho - tem como objetivo apresentar o detalhamento dos métodos, eixos temáticos, temas, subtemas e etapas a serem realizadas durante todo o processo de elaboração do Plano Diretor de Posse.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O presente documento tem como objetivo geral apresentar o Plano de Trabalho para a elaboração do Plano Diretor do Município de Posse, de forma a detalhar os princípios e a metodologia para a realização desta elaboração em suas respectivas etapas.

2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos do Plano de Trabalho:

- ❖ Definir os aspectos conceituais e a metodologia a serem adotadas no processo de elaboração do Plano Diretor do Município de Posse de forma a atender as disposições conforme o contrato nº 40/2022.
- ❖ Detalhar os eixos temáticos e aspectos a serem abordados;
- ❖ Detalhar as etapas de desenvolvimento dos trabalhos da elaboração do Plano diretor;
- ❖ Detalhar o planejamento da mobilização social.

3. ETAPAS

O contrato nº 40/2022 prevê 10 (dez) etapas para a consecução da elaboração do Plano Diretor, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2: Etapas previstas para a consecução da elaboração do Plano Diretor.



Fonte: elaborada pelos autores.

Em cada etapa é realizado o levantamento de informações essenciais para a composição dos produtos. A seguir estão descritas as atividades de cada etapa.

I – Etapa Prévia (CONCLUÍDA)

Nesta etapa são definidos a equipe técnica do núcleo gestor, o espaço físico para gestão dos trabalhos, as ações de divulgação, reuniões técnicas de nivelamento e conhecimento e o lançamento do Plano Diretor.

II – Plano de ação básico (CONCLUÍDA)

Traz um estudo preliminar subsidiado por imagens que permite visualizar o município e identificar demandas.

III – Plano de Trabalho (ETAPA ATUAL)

São detalhadas as ações e metodologias a serem aplicadas para a elaboração do Plano Diretor.

IV – Relatório com dados brutos do Diagnóstico comunitário

Por meio de metodologias aplicadas em reuniões comunitárias os dados da percepção dos moradores são obtidos e organizados.

V - Diagnóstico comunitário Final

Nesta etapa são realizadas a leitura de percepção da comunidade sobre o município e seus pontos de melhoria.

VI - Relatório com dados Brutos do Diagnóstico técnico

O Relatório de dados brutos consiste em um compilado de informações levantados por meio de levantamento *in loco* e dados secundários que subsidiarão as considerações finais do diagnóstico técnico.

VII - Diagnóstico técnico Final

A leitura técnica por meio do diagnóstico dos aspectos ambientais, territoriais e de gestão e a pactuação das ações prioritárias identificadas nas fases anteriores.

VIII -Plano de Ação

O Plano de Ação Sustentável apresenta ações urbanísticas, ambientais, sociais e de governança de curto, médio e longo prazos, que poderá melhorar a qualidade de vida das pessoas e a sustentabilidade das cidades. Dessa forma, este plano instrumentaliza a prefeitura municipal no sentido de aprimorar sua gestão na condução dessas intervenções.

IX – Projeto de lei do Plano Diretor, Zoneamento e Lei de Uso do solo

Nesta etapa são produzidos as diretrizes e ações para a elaboração do Projeto de Lei do Plano Diretor e após a lei Zoneamento e uso do solo são confeccionados.

X - Projeto de lei do parcelamento do Solo e Condomínio de Lotes

Após o zoneamento concluído a lei de parcelamento do solo e condomínio de lotes são elaboradas.

4. CONCEITO E METODOLOGIA

As gestões municipais têm enfrentado enormes desafios na regulação de seu território, na orientação da produção do espaço da cidade e na promoção do desenvolvimento socioeconômico. O planejamento sustentável de um município deve ser contínuo de forma a estabelecer prioridades e atingir metas específicas no futuro (SANTOS, 2004).

Segundo Santos (2004), “criar estruturas em planejamento é muito mais do que dispor, organizar e associar as partes de um todo. O fundamental é decifrar o que é essencial e representativo da realidade, de forma a entender a natureza, as características, a função e o funcionamento do todo”.

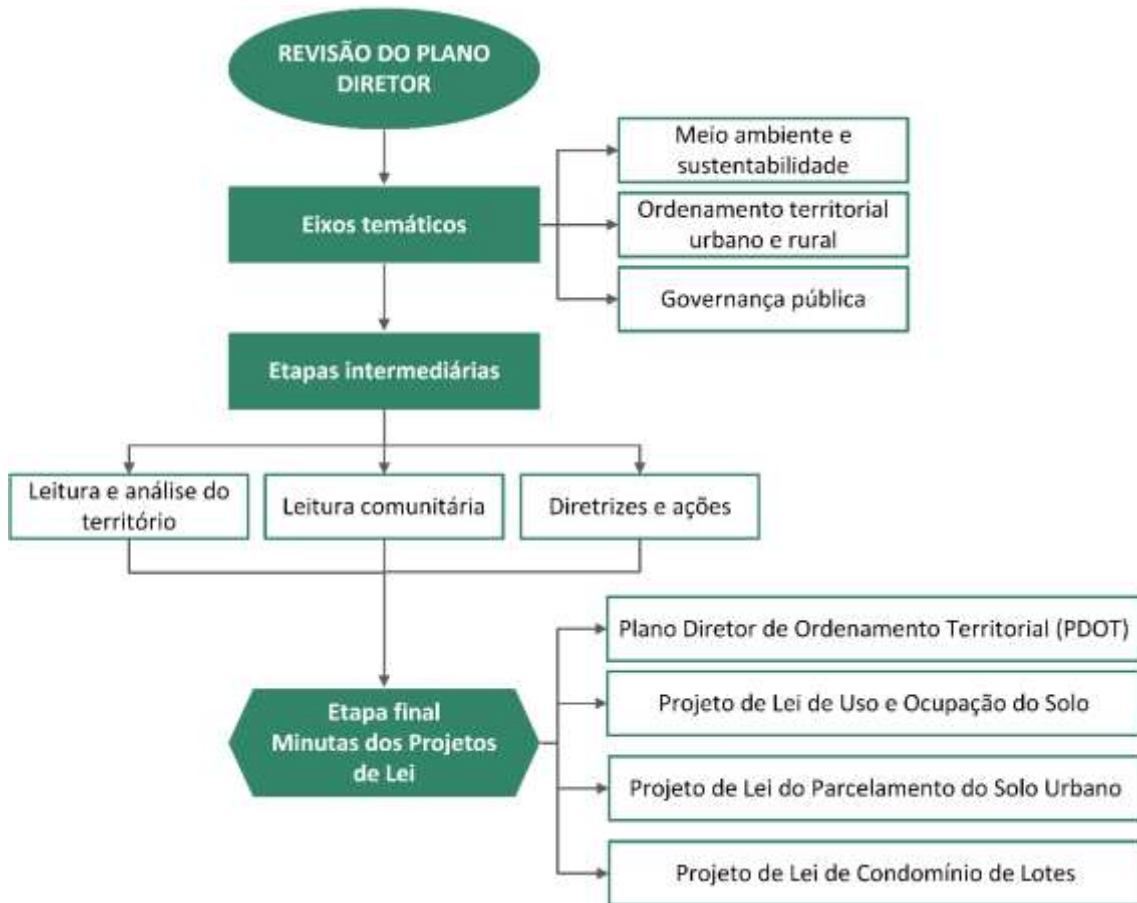
Um planejamento urbano efetivo deve garantir o acesso a todos os equipamentos e serviços, como de mobilidade urbana e transporte, saneamento básico, saúde, educação e assistência social. Sendo assim, o Plano Diretor, instrumento básico no planejamento urbano, tem como objetivo organizar o crescimento e o funcionamento da cidade de modo sustentável e participativo.

No que tange à evolução dos processos de planejamento urbano, Jorge Wilhelm apresentou uma crítica e autocrítica sobre a elaboração de Planos Diretores. Neste processo, Wilhelm nos traz reflexões acerca dos processos de construção dos Planos Diretores, e alerta sobre aspectos importantes identificados por ele, dentre os quais destaca-se:

- As repetições nas estruturas dos Planos Diretores, como se fossem uma fórmula pronta, que nem sempre se adequam à todas as realidades municipais;
- A elaboração de planos burocráticos, de difícil compreensão pelos cidadãos e até mesmo pelos agentes públicos;
- O formato e estruturas improprias ou insuficientes, não respondendo às expectativas e às necessidades do dinamismo urbano

Considerando então as reflexões de Wilhelm (2015), a equipe técnica do ITCO propõe a adoção de um novo conceito/metodologia para o arcabouço projetual e legal que leva a um resultado inovador na composição dos produtos resultantes do processo de elaboração do Plano Diretor do Município de Posse – GO (Figura 3).

Figura 3: Metodologia para elaboração do Plano Diretor.



Fonte: elaborada pelos autores.

No contexto da legislação supramencionada, serão realizados estudos no sentido de verificar quais as melhores soluções para o zoneamento, uso e ocupação do solo, parcelamento do solo urbano e demais legislações. A Figura 4 mostra o processo para a obtenção dos produtos finais.

Figura 4: Processo da elaboração do Plano Diretor de Posse-GO.



Fonte: elaborada pelos autores.

Para a composição deste arcabouço legal, referido neste Plano de Trabalho como Produtos, que será o sustentáculo para o desenvolvimento urbano e territorial do Município, serão adotados os métodos, etapas, eixos temáticos, temas, definições, meios metodológicos a seguir descritos.

4.1 Eixos temáticos

O planejamento urbano e territorial, de uma forma geral, fundamenta-se na interação e integração dos aspectos ambientais, socioeconômicos, político-institucionais que compõem o território (SANTOS, 2004) e deve se basear em uma visão multidisciplinar e sistêmica.

Para a compreensão do todo territorial com seus múltiplos aspectos, a sistematização das disciplinas possui dois níveis de informação básicos: o das temáticas e o dos temas. A temática constitui-se pelo conjunto que abriga os temas fundamentais os quais, associados, permitem a análise integrada. Os temas são os núcleos de dados geradores de uma composição específica de informações, podem ainda ser compartimentados em subtemas, caso haja necessidade (SANTOS, 2004).

Propõe-se, para o presente trabalho, o agrupamento dos aspectos municipais a serem estudados em três eixos temáticos principais e em cada um deles os temas e subtemas prioritários já delimitados, sem prejuízo da inclusão de novos temas e subtemas na medida do necessário. São os eixos temáticos:

- ❖ Meio ambiente e sustentabilidade.
- ❖ Ordenamento territorial urbano e rural.
- ❖ Governança pública.

Considerar-se-á os eixos temáticos, temas e subtemas em todo o processo, dos estudos às proposições. Poderá haver temas ou subtemas que venham a ser tratados somente no momento das proposições, como uma forma da mitigação de fragilidades ou ainda como propulsoras de potencialidades identificadas.

4.1.1 Eixo temático meio ambiente e sustentabilidade

O viés do planejamento urbano e territorial a partir da identificação dos sistemas ambientais que dão suporte às atividades humanas ganhou força, no Brasil, a partir da década de 1990, e reflete a ampla discussão, em nível mundial, sobre desenvolvimento e sustentabilidade, inaugurada a partir da década de 1970 (SANTOS, 2004).

Segundo Santos (2004) “[...] a conservação e a preservação dos recursos naturais e o papel do homem integrado no meio passaram a ter função muito importante na discussão da qualidade de vida da população.”

No Brasil, os fundamentos sobre sustentabilidade ambiental foram consolidados na Constituição de 1988.

Perpassados 50 anos da inauguração oficial, em nível mundial, das discussões sobre meio ambiente, sustentabilidade, qualidade de vida, preservação e conservação dos recursos naturais como forma de manutenção da vida, ainda se percebe uma ausência de ações, por parte da sociedade, com vistas ao reconhecimento dos sistemas ambientais naturais no suporte à vida e às atividades sociais e econômicas.

Mesmo assim, grande parte dos planos diretores municipais apresentam em seus títulos a sustentabilidade como premissa, mas sem conseguir rebater esse preceito na prática.

Para que seja possível alcançar o melhor arranjo possível entre os pilares da sustentabilidade – meio ambiente, sociedade, economia e cultura – propõe-se, para o processo de elaboração do Plano Diretor de Posse-GO, o eixo temático **meio ambiente e sustentabilidade**, cujos temas e subtemas deverão apontar para a identificação das potencialidades e fragilidades e proposição de estratégias que permitam a pleno desenvolvimento do município.

Os temas e subtemas são apresentados a seguir.

a) TEMA: Recursos naturais

O estado do meio costuma ser avaliado por temas relacionados aos aspectos físicos e bióticos (SANTOS, 2004). Para o presente trabalho optou-se por estudar o tema recursos naturais a partir dos **subtemas geologia, geomorfologia, pedologia, recursos hídricos, hidrografia, bacias hidrográficas, biodiversidade, em especial os fragmentos de vegetação nativa**, devido à relação de interdependência entre estes aspectos. Sua integração permite inúmeras interpretações relacionadas à capacidade ambiental do território frente ao processo de uso e ocupação do solo.

b) TEMA: Clima

A abordagem do clima nos processos de planejamento urbano é rara. Isto ocorre devido à complexidade das variáveis que compõem o clima, pela inexistência de estações completas em grande parte das regiões e pela ausência das séries históricas devido à descontinuidade de dados coletados nas estações meteorológicas em diferentes séries temporais (SANTOS, 2004).

Mesmo assim, um planejamento não deve eximir-se de abordar este tema frente a sua relevância para a definição de temporalidades de determinadas atividades econômicas, tanto urbanas quanto rurais, a consideração de seus componentes, como ventos predominantes (direção, intensidade e velocidade) na dispersão de contaminantes, polinização, produção de energia, prejuízos às construções, etc.

A proposta para o presente estudo é a realização da classificação no nível do macroclima e mesoclima regional, a partir de dados secundários e estudos climáticos existentes para o estado de Goiás. Como **subtemas prioritários propõe-se: classificação climática; precipitação; temperatura; umidade relativa do ar; ventos.**

c) TEMA: Uso e ocupação do solo

A análise do uso do solo está ligada à dimensão espacial da unidade de planejamento considerada, se territorial, regional ou local, por exemplo. Para fins de elaboração de Planos Diretores Municipais pode-se assumir, pelo menos, duas abordagens: o uso do solo do território (escala menor) e o uso do solo urbano (escala maior).

Em se tratando do uso do solo na escala do território do município, o que engloba as áreas urbanas e rurais, a caracterização do uso e ocupação do solo deve retratar as atividades humanas que causam pressão e impacto sobre os elementos naturais o que representa um elo importante entre as informações dos meios físico, biótico e socioeconômico. As análises são

feitas por mapeamentos gerados a partir de sensores remotos, além da consideração de mapeamentos anteriores, documentação bibliográfica que relatam a história da ocupação, dentre outras fontes (SANTOS, 2004).

A seleção das categorias e classes a serem adotadas para a análise dependerá das principais atividades econômicas encontradas no município e da significância dos tipos de fitofisionomias encontradas. Dentre as categorias de uso pode-se, previamente, sugerir: vegetação nativa, agropecuária, aglomerado rural, área urbanizada, área industrial, área com pivô de irrigação, área minerária, solo exposto, áreas de uso especial.

Para a caracterização do uso e ocupação do solo urbano considera-se que este é uma combinação de um tipo de uso (atividade) com um tipo de assentamento (edificação) ao que poderá receber classificações e nomenclaturas diversas e que estão postas na legislação municipal vigente – lei de uso e ocupação e lei de zoneamento, por exemplo. Neste caso o estudo da situação atual deverá, necessariamente, avaliar os mapas existentes no município os quais refletem as definições legais para a identificação das potencialidades e fragilidades na definição dos usos atuais.

d) TEMA: Identificação das fontes de poluição (ar, água, solo, sonora)

A poluição é, de uma forma geral, entendida como a introdução de substâncias ou energia, de forma acidental ou intencional no meio ambiente, e que provocam consequências negativas para os seres vivos. Assim, é papel do poder público identificar as fontes de poluição e seus tipos principais de forma a anular ou minimizar seus efeitos sobre a população e o meio ambiente.

No caso de estudos para elaboração ou atualização de Planos Diretores, a identificação ocorre a partir de uma **escala de menor detalhe**, de forma a apontar os problemas mais graves e, a partir daí a indicação de avaliações pormenorizadas e com instrumentos de avaliação apropriados para a caracterização e apontamento de soluções.

Para o presente estudo, propõe-se os seguintes critérios¹ para avaliar a poluição:

- Identificação das fontes – se localizadas ou difusas;
- Extensão – abrangência da área atingida;
- Temporalidade – temporária ou permanente;
- Duração – tempo efetivo da poluição;
- Importância – refere-se ao grau de significância da poluição em relação ao fator ambiental afetado.

¹ Adaptado de Santos (2004, p.112 e 113) a partir dos critérios de avaliação de impactos ambientais.

A Tabela 1, a seguir, apresenta parâmetros que podem ser utilizados para a avaliação das fontes de poluição identificadas no município, considerando a escala de estudo do Plano Diretor.

Tabela 1: Parâmetros de avaliação para as fontes de poluição.

Fator	Característica	Parâmetros de avaliação
FONTE	Local de origem pode ser observado ou identificado. Local de origem não pode ser observado ou identificado.	Poluição localizada Poluição difusa
EXTENSÃO	Afeta apenas o próprio sítio. Se projeta para além das imediações onde ocorre a fonte.	Poluição localizada Poluição regionalizada
TEMPORALIDADE	Os efeitos têm duração determinada Uma vez ocorrida, os efeitos não param de se manifestar num horizonte temporal definido.	Temporária Permanente
DURAÇÃO	Efeitos possuem duração de até 1 ano Efeitos possuem duração de 1 a 10 anos Efeitos possuem duração de 10 a 50 anos	Curto prazo Médio prazo Longo prazo
IMPORTÂNCIA	Ponderação do grau de significância da poluição identificada	Importante Moderada Frac

Fonte: Adaptado de Santos (2004, p.113)

Ressalta-se que a descrição e caracterização sugeridas, a partir das fontes de poluição do ar, água, solo e sonora identificadas, ocorrerão em escala de menor detalhe e serão realizadas por meio de comparação com estudos já existentes e que apontem as causas e efeitos prováveis. Não serão realizados estudos pormenorizados de cada fonte identificada.

e) TEMA: Condições de vida

Sob o tema condições de vida pretende-se caracterizar e analisar a estrutura e dinâmica da sociedade em seus aspectos diversos com o objetivo de caracterizar o processo de urbanização, de apropriação do território urbano e rural, suas tendências de expansão. Como **subtemas** principais a serem abordados lista-se: **dinâmica demográfica; dinâmica econômica; desigualdades sociais; desigualdade urbana; indicadores de qualidade de vida (saúde, educação, habitação, emprego e renda), habitação.**

f) TEMA: Saneamento

Entende-se o saneamento como o conjunto de medidas adotadas para a que uma área apresente condições de salubridade, limpeza, habitabilidade, oferecendo condições adequadas de vida para uma população.

No Brasil o saneamento está posto como um dos direitos fundamentais de todos os indivíduos, o que traz ao poder público a responsabilidade de promoção do saneamento básico – termo adotado na Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) – a toda a população. Neste caso as responsabilidades são partilhadas entre os entes federativos. No entanto a responsabilidade, indelegável, no processo de definições de políticas e do planejamento para a promoção do saneamento básico é do município, como titular do serviço, e neste sentido faz-se necessário que o planejamento municipal, no processo de elaboração do seu Plano Diretor, trate do tema.

Há de se considerar que a PNSB, promulgada pela Lei nº 14.026/2020, institui que o instrumento que efetiva o planejamento das ações de saneamento é o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Se constitui como um plano setorial e com um nível de detalhamento maior do que o Plano Diretor.

No entanto o Plano Diretor deve apontar as diretrizes que garantirão o direito ao saneamento básico, este entendido como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos que devem ser realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente (PNSB).

Neste contexto a avaliação das condições do saneamento básico para fins da elaboração do Plano Diretor basear-se-á nos seguintes subtemas: abrangência das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, número de ligações, abrangência do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, abrangência da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, disposição final, existência de processos de coleta seletiva.

Ressalta-se, novamente, que o estudo detalhado acerca dos quatro componentes do saneamento básico cabe ao Plano Municipal de Saneamento Básico.

4.1.2 Eixo temático ordenamento territorial urbano e rural

A partir da linha mestra proposta logo no início deste Plano de Trabalho, qual seja, desenvolver um conjunto de instrumentos de planejamento urbano inovadores e condizentes com as novas dinâmicas sociais postas no século XXI, neste eixo temático volta-se a retomar o ideário de Jorge Wilhelm (2015).

A globalização, internet, pandemia, entre outros fatores pela qual a humanidade passa neste momento, as novas gerações com seus novos conceitos de qualidade de vida, tudo isto,

em seus diversos aspectos, alteraram não apenas os modos de vida, mas também os modos de produzir, o que irá realizar-se, em grande parte nos ambientes urbanos, determinando exigências físicas para sua expressão e novas propostas de organização.

No entanto algumas questões a serem rebatidas no território dizem respeito a antigos problemas, sobretudo em relação a possibilidade de se encontrar a formulação adequada, no território, para que todos tenham garantido o direito à habitação, aos serviços de saúde, ao saneamento, à educação e oportunidades de trabalho. É na cidade onde tudo isso acontece.

Para além da formulação de políticas públicas eminentemente urbanas, há a necessidade de estabelecer a justa relação entre o espaço urbano e o rural, este último entendido como o suporte territorial para o desenvolvimento de atividades primárias de produção que, por sua vez, dão suporte às atividades ditas urbanas. De qualquer forma, as políticas públicas municipais devem abranger a totalidade do território municipal.

A formulação de planos que deem conta da diversidade e complexidade de aspectos multifacetados do território de um município como Posse e do desenvolvimento de uma sociedade complexa, exige a abordagem de temas sobre os quais seja possível a caracterização deste território e desta sociedade que reflita seus modos de vida e apropriação do espaço.

Neste contexto, no eixo temático ordenamento territorial urbano e rural, serão abordados os temas e subtemas descritos a seguir.

a) TEMA: Caracterização urbanística

A caracterização urbanística buscará identificar os elementos que compõem o espaço urbano do município à luz dos aspectos relacionados à morfologia urbana, tipologias urbanas e arquitetônicas, equipamentos urbanos, patrimônio histórico, centralidades urbanas e suas correlações espaciais, estas entendidas a partir da distribuição destes elementos no tecido urbano.

O município de Posse-GO possui importante patrimônio histórico-cultural e durante o processo de elaboração do Plano Diretor, a sua caracterização e proposição de ações para sua preservação serão estabelecidas.

O termo patrimônio em sua origem está ligado ao sentido de herança, às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (CHOAY, 2006). No decorrer dos anos, o termo foi se transformando e sendo adjetivado (histórico, ambiental, natural, etc.), aparecendo sempre quando se busca evocar algo que merece ser preservado com vistas à fruição das gerações futuras.

No Brasil, o Decreto-Lei nº 25 de 1937, foi o responsável pela primeira definição legal do “patrimônio histórico e artístico nacional”, que seria o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público, por sua importância histórica ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Tal concepção, que estava restrita aos bens de natureza material, foi sendo ampliada até ser redefinida pela Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 216, consagra a noção de “patrimônio cultural brasileiro” que passa a considerar também as manifestações culturais imateriais: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, além das criações artísticas, tecnológicas e científicas.

A compreensão contemporânea do patrimônio engloba, portanto, não somente as formas materializadas de expressão artística, obras de arte e arquitetura, por exemplo, mas também práticas folclóricas, danças, ritos, costumes, festividades e os recursos naturais. Ou seja, o termo “patrimônio” deixou de se ater apenas às qualidades do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, ao exercício da cultura (entendida sob um viés antropológico) e desenvolvimento socioeconômico das comunidades, sendo um dos responsáveis pela formação de identidade coletiva e valorização social.

Desse modo, o reconhecimento do patrimônio em suas diversas dimensões torna-se necessário a qualquer ação de planejamento que pretenda efetivamente proporcionar melhores condições de desenvolvimento local. A promoção e valorização patrimonial pode ainda ativar economicamente localidades e, desde que usados os instrumentos adequados, reforçar vocações, gerando renda e elevando a autoestima da população.

b) TEMA: Espaços públicos e qualidade de vida

O espaço público tem um papel importante na composição dos espaços de uma cidade e de um município, e será mais significativo para a coletividade quanto maior for o número de cidadãos que o utiliza ou que o conhece e quanto mais longo for o período histórico sobre o qual exerce sua influência (BUSTOS ROMERO, 2001). Para fins deste estudo, serão considerados como tais os locais de espaços livres segundo a tipologia sugerida pelo Mopu – Ministério de Obras Públicas da Espanha (*apud* BUSTOS ROMERO, 2001). São eles:

- Os sistemas gerais de espaços livres (parques urbanos);
- Os sistemas viários gerais (rodovias, vias de trânsito e passeios);
- Os sistemas locais de espaços livres (praças, praças, parques de esportes);
- Os sistemas locais de vias (ruas de acesso e estacionamentos).

As análises se situarão no sistema formado pelos espaços públicos, suas conexões, importância, abrangência em relação ao todo urbano e territorial, com vistas à potencialização de seu uso na promoção da qualidade de vida da população.

c) TEMA: Microclimas e conforto ambiental no espaço urbano

Dados secundários para o estudo e caracterização dos microclimas, principalmente quando se trata dos microclimas urbanos inexistem e a coleta de dados primários não é viável frente ao tempo para a realização da elaboração do Plano Diretor do município. Desta forma o planejamento das adequações e adaptações dos ambientes urbanos, ocorre a partir das informações sistematizadas considerando a macro e a meso escalas do estudo do clima e, quase que, intuitivamente no nível da microescala, o que os nossos antepassados tão bem realizaram e que ficaram traduzidas na tradição vernácula (GOUVÊA, 2002; BUSTOS ROMERO, 2001).

A proposta de adotar o tema microclimas e conforto ambiental no espaço urbano se dá frente a necessidade da qualificação deste espaço para a promoção do conforto ambiental, considerado a partir das variáveis temperaturas, umidade relativa, insolação, radiação e o papel dos elementos da paisagem como, por exemplo, a inserção de vegetação nos ambientes urbanos, para a amenização da incidência da radiação.

Neste contexto, a partir da identificação destes efeitos em relação aos componentes no ambiente urbano de Posse-GO, realizar-se-á a análise das condições encontradas – tal como a morfologia do tecido urbano – e as possíveis propostas de intervenção.

Destacam-se como fonte de referência os princípios da arquitetura bioclimática abordadas nos estudos de Olgay (1998), Bustos Romero (2001) e Gouvêa (2002) e Solera (IPT, 2020).

d) TEMA: Ordenamento territorial urbano e rural

O ordenamento territorial pode ser entendido como o arranjo físico territorial dos sistemas naturais e construídos que compõem a estrutura de uma unidade de planejamento, como, por exemplo, um município e deve ser motivado por consistentes políticas públicas com vistas a proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio histórico-cultural e ao desenvolvimento econômico e social.

Nos processos de planejamento definidores do ordenamento territorial há de se considerar, tanto na fase de leitura do território quanto na fase das proposições, o estudo, análise e definição de cenários a partir dos diferentes sistemas que compõem o território, bem como a sua espacialização e integração em mapas temáticos para a identificação das potencialidades e fragilidades em relação aos mesmos, destacando-se:

- As formas de uso e ocupação do solo territorial, urbano e rural;

- As centralidades;
- As redes de infraestrutura (sistema viário, redes de gás, energia elétrica, telecomunicações. etc.);
- Os equipamentos públicos e comunitários (praças, parques, escolas, hospitais, delegacias de polícia, sedes de órgãos públicos etc.);
- As formas de uso e ocupação do solo urbano (bairros, loteamentos, construções, uso das edificações), zoneamentos, índices urbanísticos e licenciamento;
- As ações de regularização fundiária e integração urbana de assentamentos precários;
- As habitações de interesse social;
- As ações de preservação do patrimônio artístico, paisagístico, histórico e cultural, entre outros tipos de atuação;
- As tendências de expansão da estrutura urbana.

e) TEMA: Mobilidade e transporte

A mobilidade e o transporte encontram-se, atualmente, no centro das questões urbanas e territoriais e das questões socioeconômicas, pois está intrinsecamente ligada à aspectos como inclusão social e espacial, temas tão caros para as cidades do século XXI. Conforme aponta Vasconcellos (2012):

“A interação entre diferentes forças e interesses dos indivíduos e das organizações privadas e públicas formam uma complexa rede na qual estão em foco não só o indivíduo, mas todo o sistema político e econômico, o Estado, o capital, a indústria e o comércio, os sistemas de transporte e trânsito, os processos migratórios e o valor da terra. E é a esta rede que vai influenciar diretamente na forma de ocupação do território e na urbanização do fluxo de mobilidade.”

A mobilidade entendida, de uma forma geral, como a capacidade da movimentação de pessoas, bens e serviços no território, está baseada nos modais e na infraestrutura de vias a partir dos quais todos os demais aspectos se desenrolam.

Considerando que este tema representa um dos sistemas estruturantes no processo de ordenamento territorial do município, sua abordagem dar-se-á a partir dos **seguintes subtemas: centralidades, políticas públicas; natureza da mobilidade (pessoas, bens e cargas, informações); modais de transporte; linhas, malha, terminais e tarifas; acessibilidade; informação pública.**

4.1.3 Eixo temático governança pública

O estudo dos aspectos da governança pública apresenta ampla e múltipla abordagem conceitual, mas demonstra consenso acadêmico no sentido de que a boa governança é essencial para otimizar o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Brasil e das unidades que o constituem (TEIXEIRA; GOMES, 2019).

Para que se defina algum limite nos preceitos que nortearão aos aspectos da governança necessários a elaboração do Plano Diretor do município de Posse - GO, apresenta-se como definição de governança pública, “Um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre a sociedade, a alta administração, os servidores ou colaboradores e os órgãos de controle” (BRASIL, 2011 apud BRASIL, 2014).

Outro conceito proposto de governança pública diz que esse termo, “É um processo de interação entre os diversos atores, mecanismos e práticas administrativas, onde o governo participa de forma ativa e busca uma gestão eficiente e eficaz em razão aos objetivos propostos” (RAQUEL; BELLEN, 2012 apud TEIXEIRA; GOMES, 2019).

Segundo Teixeira e Gomes (2019) dentre os princípios que sustentam uma boa governança, estão: transparência, *accountability*², responsabilidade, participação, capacidade de resposta e eficiência com recursos públicos (TEIXEIRA; GOMES, 2019).

No que tange as políticas urbanas no Brasil, reconhece-se que se houve avanços, notadamente na garantia da participação da sociedade civil por meio de estruturas instituídas pelas legislações vigentes:

“[...] como o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e as Conferências Nacionais das Cidades; bem como o estabelecimento de instrumentos normativos que priorizam a função social da propriedade e regulamentam a apropriação do espaço urbano, estabelecidos como Estatuto da Cidade, são exemplos de como a legislação urbana no Brasil tem contemplado os aspectos destacados nas discussões internacionais (FAVARÃO; COSTA, 2018).”

² Termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como responsabilidade com ética. Remete à transparência e à obrigação e de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados (TEIXEIRA; GOMES, 2019).

A própria Constituição de 1988 conferiu maior autonomia aos poderes políticos municipais na questão da gestão e governança urbana, o que, não foi acompanhado da disponibilização de recursos, técnicos, financeiros, humanos para a implementação de instrumentos e ferramentas que possibilitem a aplicação dos processos de governança para a gestão, implementação e acompanhamento das políticas públicas municipais. Poucos foram os municípios que conseguiram promover alguma estrutura institucional que garantissem os princípios da boa governança.

Para que seja possível a identificação das potencialidades e fragilidades em termos da governança do município para fins de apropriação do novo Plano Diretor, o eixo temático governança abordará os temas descritos no Tabela 2, a seguir, sem prejuízo de outros que possuam interface e relevância em relação à temática.

Tabela 2 – Temas sugeridos para o eixo temático governança pública.

TEMAS	INDICADORES	DADOS
Legislação incidente	Regulamentos urbanísticos e que possuem interface com o planejamento urbano e com o Plano Diretor.	Identificação dos principais regulamentos legais aplicáveis à área de planejamento e listagem de benefícios e prejuízos trazidos por eles, de acordo com a sociedade local.
Estruturas de organização e administração dirigidas à implementação das políticas públicas de ordenamento e gestão	Estrutura administrativa	Organograma da estrutura política e administrativa do município destacando as atribuições, subordinações e atividades em desenvolvimento.
	Participação de organismos descentralizados	Registros oficiais de organismos descentralizados de gestão, tais como os Conselhos Municipais, sua categoria, caráter (consultivo ou deliberativo), atribuições, subordinações e atividades em desenvolvimento.
	Participação de organizações sociais e ambientais	Registros oficiais de organizações sociais e ambientais, tais como Organizações não Governamentais, associações, sindicatos, sua categoria, caráter (participação direta ou indireta em organismos da administração), atribuições, subordinações e atividades em desenvolvimento.
	Planos e programas de planejamento e gerenciamento	Registros oficiais de planos e programas para o município, organismo responsável, objetivos, área de abrangência, população envolvida, ações previstas e principais resultados. Registros oficiais de planos e programas regionais, estaduais, federais que o município esteja contemplado ou envolvido.
Estruturas de Tecnologia da Informação (TI)	Estruturas físicas e de <i>software</i> e regulamentações afins.	Identificação das estruturas de TI, disponíveis e necessárias para a implementação da governança no processo de gestão relativa ao Plano Diretor e seus desdobramentos.

Fonte: Adaptado de Santos (2004, p.107).

4.2 Etapas intermediárias

4.2.1 Leitura e análise do território

A leitura e análise do território é peça chave do processo de proposição de uma legislação urbana do porte do Plano Diretor. Consiste no momento do “raio-x” da realidade municipal, da identificação de todos os fatores, determinantes e condicionantes, sejam eles físicos, ambientais, sociais, institucionais e legais, que farão parte do planejamento do todo territorial.

De uma forma geral, a leitura e análise do território se estrutura – considerando eixos temáticos, temas e subtemas – a partir de bases teórico-conceituais, referendadas pelas comunidades científicas e técnicas nacionais e internacionais, e consideram as referências bibliográficas consolidadas por estas comunidades além da expertise da equipe técnica envolvida

Vale ressaltar, ainda, que experiências bem-sucedidas em outras localidades e municípios, nacionais e internacionais, podem ser consideradas como estudos de caso, auxiliando na definição de parâmetros e critérios de análises, adequando-as a realidade local.

Em seguida da seleção das fontes técnico-científicas, passa-se à realização do levantamento, sistematização e análise de dados, tanto secundários obtidos em fontes oficiais, quanto primários³, mapeamentos, integração e análise dos dados e, por fim a identificação das potencialidades e fragilidades encontradas (Figura 5).

³ Serão coletados dados primários na medida em que fizerem necessários.

Figura 5: Método para a leitura e análise do território.



Fonte: elaborada pelos autores.

Atualmente, os mapeamentos digitais, nos quais se agregam informações georreferenciadas, permitem a realização de integração e interpolação de diferentes temas por meio de SIGs – Sistemas de Informações Geográficas. Este será o método utilizado para apoiar a integração e análise dos dados com vistas a elaborar cenários e prognósticos, definir zonas ou territórios, elaborar estratégias de ação (SANTOS, 2004).

A análise e integração dos dados permitirá a identificação das potencialidades e fragilidades encontradas no município. Estas deverão ser identificadas, classificadas e mensuradas a partir de critérios ambientais, socioeconômicos, de uso e ocupação do solo, e as metodologias adotadas para tanto deverão ser identificadas e pactuadas ao longo do processo de leitura e análise do território.

Devido à quantidade e multiplicidade dos aspectos a serem abordados na leitura e análise do território, metodologias individualizadas por temas poderão ser apresentadas no relatório da leitura do território por eixo temático.

Considerando que o processo em curso é de elaboração do Plano Diretor municipal, faz-se necessário ainda o conhecimento da legislação municipal vigente, para que as potencialidades e as deficiências sejam identificadas e que a atualização do documento seja exitosa.

Em se tratando da leitura e análise do território para fins da elaboração de planos diretores municipais, à expertise técnico-científica, consolidada na leitura técnica, soma-se a

leitura da comunidade local, conhecedora das potencialidades e das fragilidades no que tange à organização territorial e a demanda por serviços públicos.

4.2.2 Leitura comunitária

A leitura comunitária, parte fundamental no processo de identificação dos desafios a serem enfrentados, ocorrerá a partir do processo de mobilização social⁴ promovida pelo executivo municipal, que tem por objetivos de informar, comunicar ações, ouvir, coletar sugestões, sistematizar as contribuições recebidas que deverão ser incorporadas à leitura e análise do território. Ressalta-se que esta leitura somente terá sucesso a partir da compreensão da importância e da conscientização do cidadão no processo de elaboração do Plano Diretor e do fomento de sua participação.

Neste contexto, o Poder Executivo Municipal de Posse-GO promoverá e assegurará a participação da comunidade, mobilizando, sensibilizando e capacitando os atores sociais, articulando parceiros e promovendo reuniões, debates, consultas e oficinas, garantindo livre acesso aos documentos e informações produzidos.

No processo da mobilização, o ITCO participará com a expertise técnica, a coleta, sistematização e análise dos dados obtidos bem como sua incorporação no processo de leitura e análise do território.

4.2.3 Diretrizes e ações

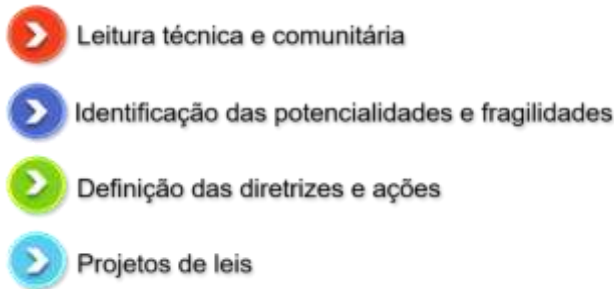
Após a concretização das Leituras Técnica e Comunitária, é possível visualizar os entraves para o desenvolvimento urbano de maneira ordenada, além das demandas dos diferentes eixos analisados tanto pela visão da equipe técnica quanto da comunidade. As potencialidades e oportunidades do município também são identificadas.

Neste ponto surge a necessidade de estabelecer diretrizes, ou seja, indicar o caminho para que as ações sejam implementadas. Em linhas gerais, as ações propostas nos planos devem responder as diretrizes e, sobretudo, serem concretizadas em forma de instrumentos e estabelecidas em legislações como a Lei de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Parcelamento do Solo.

⁴ O processo de mobilização social está descrito no Tópico 6 deste Plano de Trabalho.

Portanto, diferentes programas e ações estratégicas são originadas a partir das diretrizes, as quais devem estar estabelecidas e em consonância com as atuais e futuras demandas do município de Posse-GO. A Figura 6 apresenta as etapas do processo de elaboração do Plano Diretor de forma resumida onde está incluída a proposição de diretrizes e ações.

Figura 6: Processo de formação de diretrizes e ações no Plano diretor.



Fonte: ITCO.

4.3 Etapa final - Minutas dos Projetos de Lei

Todo o processo listado até aqui deve promover a construção de um aparato legal que possibilite a potencialização dos aspectos positivos e a solução de deficiências e problemas detectados no diagnóstico.

Nas minutas dos Projetos de Lei deve-se, portanto, sintetizar os aspectos estudados, traduzindo-os na forma de texto legal considerando a proposta inicialmente descrita.

Como resultado do processo de elaboração do Plano Diretor, será obtido como produto finais:

- i) **Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT):** Lei Complementar que instituirá o Plano Diretor Municipal no qual o **ordenamento territorial** é a figura fundamental e será estruturado nos sistemas ambientais, nas características urbanísticas e do patrimônio histórico local e no sistema de mobilidade. Além destes considerar-se-á ainda como sistemas estruturantes a habitação, as densidades urbanas, os espaços públicos, as centralidades urbanas e as centralidades turísticas, as centralidades da mineração e da produção agropecuária. Sem prejuízo de outros temas, estabelecerá as diretrizes para o zoneamento, o uso e ocupação do solo, a mobilidade urbana, os serviços públicos, as estratégias de implantação e os instrumentos urbanísticos; e

- ii) A partir do processo de planejamento estruturado no PDOT, serão emanadas as demais peças legais necessárias à instrumentação jurídica municipal. São elas: **a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Lei de Parcelamento e a Lei de Condomínio de Lotes.**

4.3.1 Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

As propostas elaboradas durante o processo deverão ser organizadas na forma da lei, contendo os objetivos, diretrizes, programas e ações, instrumentos urbanísticos aplicáveis, em conformidade com diretrizes, ações e estratégias construídos ao longo do processo e consensuados entre o Executivo Municipal e a comunidade durante a mobilização social. Deverão embasar o documento os seguintes aspectos:

- A situação encontrada no município ponto de partida para as propostas do plano;
- A exposição da gênese do processo de formalização do plano com a explicação de seus critérios, objetivos e alternativas, e contribuição da participação cidadã;
- A justificativa das propostas em função dos critérios e objetivos adotados, das necessidades derivada da situação urbanística e da lógica do processo de desenvolvimento previsível;
- A descrição das propostas de ordenamento do espaço e dos processos de transformação, assim como explicação de sua coerência; e por fim,
- A formulação normativa das determinações que estabelecem o ordenamento territorial e urbano a ser proposto.

Sugere-se que as proposições para a indução do desenvolvimento municipal sejam pautadas pelos seguintes aspectos preliminares, sem prejuízo a outros que surgirem durante o processo de planejamento:

- Macrozoneamento (Organização Espacial), baseado na preservação e conservação dos SISTEMAS AMBIENTAIS na definição das INFRAESTRUTURAS DO SISTEMA DE MOBILIDADE, articulado ao uso e a ocupação do território, ao parcelamento, às demais infraestruturas e aos equipamentos sociais;
- O macrozoneamento será o condutor da definição de grandes diretrizes de ocupação para as diferentes Zonas do Município (zona urbana, zona rural, zona de preservação, zona central, zona periférica, por exemplo). É, portanto, a base para aplicação dos instrumentos de regulação urbanística, definindo o zoneamento que balizará o uso e ocupação do solo urbano do Município de Posse-GO.

- Zonas urbanas – parâmetros mínimos (para fazer cumprir a função social da propriedade e da cidade), parâmetros básicos (parâmetros em função da capacidade de suporte da infraestrutura) e parâmetros máximos (parâmetros atingidos com a utilização da outorga onerosa do direito de construir ou a transferência do direito de construir). Os parâmetros urbanísticos a serem definidos, em compatibilidade com a infraestrutura, são: coeficiente de aproveitamento (preferencialmente coeficiente único), taxa de ocupação, gabarito (número máximo de pavimentos e altura máxima), recuo e afastamento, taxa mínima de permeabilidade e classificações dos usos (usos permitidos, permissíveis e proibidos) que garantam a qualidade ambiental e paisagística. Definição dos parâmetros urbanísticos mínimo, básico e máximo deve se embasar na capacidade de suporte da infraestrutura urbana, existente e/ou projetada.
- Zona rural: os parâmetros utilizados devem se basear nas condicionantes ambientais previstas no diagnóstico técnico ambiental, condicionantes de proteção de infraestrutura (faixas de proteção de rodovias, dutos, linhas de alta tensão, cones de aproximação e faixas de proteção de aeródromos, etc.) e parâmetros de potencialidade de exploração econômica (extrativismo vegetal, extrativismo mineral, agricultura, pecuária, silvicultura etc.);
- Planejamento da gestão do desenvolvimento municipal: definindo os instrumentos que auxiliarão o Poder Municipal na tarefa de implementar o planejamento e gerenciar a execução das ações;
- Sistema de acompanhamento e controle da implementação do Plano Diretor.

4.3.2 Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo

Esse Projeto de lei será calcado na leitura e no diagnóstico de todo o território (espaço urbano e rural) do município de Posse-GO, abordando e levando em consideração os aspectos: físicos, bióticos, ambientais, de ordenamento territorial, socioeconômicos, de infraestruturas, de planejamento urbano e grau de urbanização, bem como o aparato jurídico pré-existente nas esferas federal, estadual e municipal.

Estes aspectos serão integrados, sintetizados e especializados no Mapa do Zoneamento e uso e ocupação do solo, com o objetivo de ordenar e subsidiar a gestão do desenvolvimento sustentável da cidade e do território do município como um todo, de acordo com critérios urbanísticos e socioambientais.

Esta lei delimitará as áreas urbanas, por meio de definição dos perímetros urbanos que serão delimitados em mapas georreferenciados.

4.3.3 Projeto de Lei do Parcelamento do Solo Urbano

A Lei de Parcelamento do Solo deverá definir os procedimentos relativos aos loteamentos, desmembramentos, remembramentos, reloteamentos e remanejamentos de lotes urbanos, sítios de recreios e lazer urbanos e rurais, condomínios de lotes, condomínios urbanos simples, conjuntos habitacionais, zonas especiais de interesse sociais I, II e III e respectivos requisitos urbanísticos: tamanho mínimo dos lotes, a infraestrutura que o loteador deve implantar, bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição de seu uso (assegurando ao município a escolha das áreas mais adequadas), a definição das áreas prioritárias e das áreas impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), faixas de servidões, faixas de proteção, faixas de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local.

Não se pode perder de vista que a Lei de Parcelamento do Solo Urbano municipal nada mais é que a regulamentação local das disposições e preceitos da Lei Federal nº 6.766/79, alterada pela Lei Federal nº 9.785/99 e alterações urbanísticas trazidas ao lume da legislação pelo Estatuto da Cidade Lei Federal n. 10.257, de 10 de junho de 2001 e a Lei Federal 13.465/17, que trata da regularização de Assentamentos Subnormais.

4.3.4 Projeto de Lei de Condomínio de Lotes

O condomínio de lotes foi instituído pelo art. 58 da Lei Federal nº 13.465/2017 (BRASIL, 2017), que introduziu a Seção IV no Capítulo VII do Título III do Livro III da Parte Especial do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), admitindo partes designadas de lotes sejam propriedade exclusiva e partes que são propriedade comum dos condôminos.

Não obstante haver uma certa semelhança, condomínio de lote e loteamento são empreendimentos com concepções diferentes: no loteamento compra-se apenas a área referente ao lote propriamente dito, enquanto no condomínio de lote compra-se a fração ideal, que engloba não apenas a área de uso privativo, como também a de uso comum, como as ruas

de acesso, a área verde e o espaço de lazer. Noutras palavras, condomínio de lotes é uma incorporação imobiliária, enquanto loteamento é parcelamento do solo.

Esses condomínios de lotes devem obedecer a critérios urbanísticos municipal previstos na Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, sendo assegurada o cumprimento da função social da propriedade (PINTO, 2017).

De acordo com Pinto (2017), a denominação de lote é a seguinte:

“O lote é a qualificação que se atribui ao terreno que atende às exigências do plano diretor, encontrando-se apto a suportar uma edificação nele igualmente prevista. Para tanto, deverá estar próximo a equipamentos públicos e logradouros em quantidade proporcional à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor”.

Para criação do Projeto de Lei do Condomínio de Lotes e demais políticas públicas a ele aplicáveis será realizada uma avaliação das áreas urbanas propícias para essas construções, além da extensão destes empreendimentos, uma vez que a sua configuração possui características intrínsecas (GOMES, 2020).

A implantação dos condomínios de lotes pode influenciar no fluxo de veículos para uma determinada região, o impacto na paisagem urbana com a presença de muros e o isolamento de diferentes áreas de interesse público para o lazer. Desta forma, diferentes parâmetros devem ser abordados como definição dos deveres do empreendedor, critérios a nível de lote além do cumprimento da legislação pertinente a Áreas de Preservação Ambiental (APP).

4.4 Escalas

Pretende-se, ao abordar o aspecto da escala, definir o grau de detalhe em que cada tema ou subtema será tratado, considerando o nível de detalhe inerente aos estudos técnicos para elaboração de planos diretores municipais.

Há de se considerar que as escalas envolvem não somente o seu valor numérico, mas também o detalhamento que se pretende em cada tema ou subtema, independentemente de haver espacializações em mapa ou não, e em relação ao planeamento proposto ao final e sua legislação correlata. A Figura 7 demonstra esta relação para os Produtos Finais.

Para o entendimento da questão, é importante apresentar as limitações em relação ao estudo e que apontarão as escalas que se pretende assumir. São eles:

- O tempo para a execução dos serviços;

- A impossibilidade, frente a pandemia, de se realizarem estudos de campo mais detalhados;
- A escala existente em relação aos dados secundários que serão utilizados e a compatibilização entre diferentes escalas destes dados (aspecto detalhado no item 4.5).

Figura 7: Detalhamento das relações entre os produtos obtidos quanto a escala.



Fonte: elaborada pelos autores.

Conceitualmente, Santos (2004) apresenta uma relação compatível (Tabela 3) com o que se vislumbra possível em relação às limitações encontradas para os estudos técnicos da elaboração do Plano Diretor de Posse-GO:

Tabela 3: Relação entre o nível, representação gráfica e tipos de escala para o planeamento territorial.

NÍVEL DE ESCALA	REPRESENTAÇÃO DA ESCALA	TIPO DE ESCALA
macro	1:1.000.000 ou menor	exploratória
	1:100.000 até 1:1.000.000	reconhecimento
meso	1:25.000 até 1:100.000	semi-detalhada
micro	maior que 1:25.000	detalhada

Fonte: Santos, 2004.

Comparando-se as escalas do Quadro 3 com a abrangência das escalas propostas na Figura 2, a escala de partida seria a meso escala 1:100.000 até a escala 1:25.000, considerada neste caso de maior detalhe para os estudos territoriais.

A partir destas proposições, os estudos técnicos devem se ater ao nível de detalhe a que se referem em relação ao território e possuir detalhamento compatível conforme suas especificidades.

4.5 Produção cartográfica

Um mapa é, dentre as ferramentas do planejamento, a mais impactante do ponto de vista da visualização dos temas abrangidos durante o processo e da **integração de informações para obtenção de cenários prospectivos**. Para além da representação espacial, é resultado de um processo de construção do conhecimento (SANTOS, 2004).

A elaboração de mapas por temas até a construção de mapas que sintetizam ou interpolam diferentes temas na construção de cenários é composta pelas etapas a seguir:

1. Estabelecimento dos objetivos gerais do mapeamento e da(s) escala(s) de cada tema.
2. Coleta, análise da documentação cartográfica disponível
3. Definição e elaboração dos mapas base com os elementos comuns a todos os temas.
4. Interpretação de cada tema superposto a base.
5. Trabalhos em campo: coleta de informações e aferições.
6. Correções e ajustes dos mapas de cada tema e definição das questões prioritárias, estabelecendo destaques e detalhamentos a serem feitos.
7. Elaboração das hipóteses (prognósticos/cenários) e definição de critérios de classificação.
8. Classificação detalhada ou estabelecimento de relações causais.
9. Elaboração de mapas intermediários pela associação de temas.
10. Associação dos mapas intermediários para a elaboração de mapas síntese: mapa de macrozoneamento municipal; mapa de microzoneamento urbano; mapa de hierarquização do sistema viário e mapa de zoneamento Econômico-Ambiental.

A elaboração dos mapas ocorre durante todo o processo de elaboração do Plano Diretor, pois permite observar, de forma clara e inequívoca, as localizações, as extensões, os padrões de

distribuição e as relações entre os componentes do espaço. Desta forma são bons instrumentos de comunicação entre os planejadores e os atores sociais (SANTOS, 2004).

No processo de elaboração do Plano Diretor de Posse-GO serão elaborados mapas temáticos de todo território do município (espaço urbano e rural) acompanhados de suas respectivas resenhas escritas, bem como os mapas que expressem o arranjo da malha urbana consolidada com os equipamentos urbanos, a infraestrutura consolidada, pontos de relevantes interesse urbano e ambiental, que comporão a leitura e análise do território (espaço urbano e rural) do município de Posse-GO, abordando os aspectos físicos-bióticos-ambientais e de ordenamento territorial, socioeconômicos, infraestruturais, de planejamento urbano e grau de urbanização, as restrições de ocupações legais, todos integrados, sintetizados no Mapa Final do Ordenamento Territorial, Estruturação Espacial e Zoneamento Urbano e Ambiental, que acompanharão os Projetos de Leis do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento.

Esses mapas serão elaborados em escalas compatíveis com a complexidade do território do município, com a disponibilidade de dados nos órgãos oficiais de cartografia, bem como com a especificidade do tema e detalhe do fenômeno que se queira conhecer.

Estão previstos os seguintes mapas temáticos de todo o território do município (espaço urbano e rural):

- i) Mapa de geologia;
- ii) Mapa de geomorfologia;
- iii) Mapa de pedologia e coberturas superficiais;
- iv) Mapa da hidrografia e das sub bacias hidrográficas;
- v) Mapa de hidrogeologia;
- vi) Mapa de declividade;
- vii) Mapa de suscetibilidade erosiva;
- viii) Mapa de cobertura vegetal natural e fitofisionomias remanescentes;
- ix) Mapa de uso e ocupação do solo atual, identificando áreas de agricultura, agropecuária e vegetação remanescente;

Estão previstos também os seguintes mapas que cobrirão as malhas urbanas consolidadas do núcleo urbano principal do município (cidade de Posse) e seus distritos (Zona Urbana e de Expansão Urbanas Descontínuas):

- i) Mapa Urbano Digital com atualização das quadras e ruas com nível de detalhe compatível com os mapeamentos existentes e disponibilizados pela Prefeitura Municipal;

- ii) Mapa das Áreas de Preservação Permanentes;
- iii) Mapa de áreas de alagamento e inundações;
- iv) Mapa das unidades de conservação instituídas por legislação;
- v) Mapa cadastral das linhas de transmissão de energia elétrica;
- vi) Mapa cadastral de áreas de usos especiais (aterros sanitários, cemitérios, áreas de mineração) e equipamentos urbanos;
- vii) Mapa das áreas com restrições legais para a ocupação;
- viii) Mapa do perímetro urbano e das zonas urbanas descontínuas;
- ix) Mapa Final do Ordenamento Territorial, Estruturação Espacial e Zoneamento Urbano e Ambiental.

As escalas propostas para os mapas temáticos de 1:100.000 para todo o território do município e de 1:25.000 para a Zonas Urbana do Núcleo Urbano principal e para os Núcleos de Expansões Urbanas dos Distritos, justificam-se, tanto pelos dados secundários disponíveis nos órgãos oficiais de mapeamento do país, dados disponíveis no município, bem como em relação à demanda de informações temáticas necessárias e exigidas para a elaboração de um plano diretor municipal.

Assim, para a área do município como um todo (espaço urbano e rural) de amplitude regional, os mapas temáticos serão baseados no acervo existente do projeto Base Cartográficas Contínuas - projeto BC100 - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que objetiva mapear todas as unidades da federação em escala 1:100.000, sendo as bases cartográficas geradas a partir de interpretações de imagens dos satélites ALOS/AVNIR 2 e RapdEye, além de informações compiladas por outras instituições e órgãos governamentais.

Já as informações relativas à Zona Urbana da cidade de Posse-GO, em escala 1:25.000 serão obtidas através do acervo da prefeitura de Posse-GO e, caso haja necessidade, essas informações primárias poderão ser levantadas, pela equipe de consultoria, como já mencionado, e especializadas em escalas maiores.

Mapas mais detalhados em escala 1:10.000 ou até maior detalhe como 1: 5.000 de trechos das malhas urbanas consolidadas dos núcleos urbanos poderão ou não ser confeccionados a depender da evolução dos trabalhos e das necessidades técnicas apresentadas.

4.6 Meios metodológicos

Os meios metodológicos serão aqui compreendidos como a forma de aquisição de dados e informações para a composição dos diagnósticos por eixos temáticos, bem como os meios

básicos para a composição de análises técnicas, cenários, prognósticos e diretrizes. Destaca-se como principais, os seguintes meios metodológicos, sem prejuízo a outros que se fizerem necessários (Quadro 1).

Quadro 1: Principais meios metodológicos adotados.

Revisão bibliográfica	Análises
Estudos de caso	Leituras técnicas
Levantamento e estruturação de dados secundários	Mobilização social
Levantamento e estruturação de dados primários – trabalhos de campo	Reuniões comunitárias
Reuniões técnicas com setores da Prefeitura	Leitura comunitária
Produção cartográfica	Integração de dados

Fonte: elaborado pelos autores.

Ressalta-se, novamente, que a metodologia básica bem como os meios metodológicos, aqui descritos, poderão ser incrementados na medida da necessidade de cada eixo temático ou aspecto da composição das etapas.

4.7. Integração das etapas, eixos temáticos, temas, subtemas, meios metodológicos e produtos esperados

Para a consecução dos trabalhos é fundamental estruturar a relação entre os elementos propostos neste Plano de Trabalho, a seguir apresenta-se o Quadro 2 sintetizando a metodologia geral e os meios metodológicos que serão utilizados para o alcance do resultado e demonstrando esta relação em todas as etapas do processo.

Quadro 2: Síntese das etapas, eixos temáticos, temas, subtemas e produtos relacionados.

Etapa	Eixo temático	Tema	Subtemas	Meios metodológicos	Produtos esperados	
LEITURA E ANÁLISE DO TERRITÓRIO	Meio ambiente e sustentabilidade	Recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> - Geologia; - Geomorfologia; - Declividade; - Pedologia; - Recursos hídricos e hidrografia; <ul style="list-style-type: none"> - Bacias hidrográficas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Suscetibilidade erosiva, - Suscetibilidade inundações; - Suscetibilidade queimadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Revisão bibliográfica; ✓ Estudos de caso; ✓ Levantamento e estruturação de dados secundários; ✓ Levantamento e estruturação de dados primários – trabalhos de campo; ✓ Reuniões técnicas com setores da Prefeitura; ✓ Produção cartográfica; ✓ Análises; ✓ Leitura técnica. 	<p>Na etapa de leitura e análise do território o Produto Esperado é um Relatório Técnico descritivo das condições encontradas no município em relação aos temas e subtemas propostos, consubstanciado por mapas, quadros, planilhas, gráficos e elementos necessários para a compreensão da realidade local.</p>
		Clima	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação climática; - Precipitação; - Temperatura; 	<ul style="list-style-type: none"> - Umidade relativa do ar; - Insolação / Radiação; - Ventos dominantes. 		
		Uso e ocupação do solo	<ul style="list-style-type: none"> - Uso e ocupação do solo do território: vegetação nativa, agropecuária, aglomerados rurais e áreas urbanizadas, áreas industriais, áreas com pivôs de irrigação, áreas minerárias, solo exposto, áreas de usos especiais. - Suscetibilidades no uso e ocupação do solo. 			
		Identificação das fontes de poluição	<ul style="list-style-type: none"> - Poluição do ar; - Poluição sonora; 	<ul style="list-style-type: none"> - Poluição da água; - Poluição do solo. 		
		Condições de vida	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica demográfica; - Dinâmica econômica; - Desigualdades sociais; - Desigualdade urbana; - Indicadores de qualidade de vida (saúde, educação, aspectos culturais, atividades econômicas, emprego e renda); - Habitação, com ênfase à habitação de interesse social. 			
		Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> - Abrangência das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário; número de ligações; - Abrangência do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; - Abrangência da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, disposição final dos resíduos sólidos. 			

Etapa	Eixo temático	Tema	Subtemas	Meios metodológicos	Produtos esperados
LEITURA E ANÁLISE DO TERRITÓRIO	Ordenamento territorial urbano e rural	Ordenamento territorial	<ul style="list-style-type: none"> - As formas de uso e ocupação do solo territorial, urbano e rural; - Morfologia urbana; - Densidades - As redes de infraestrutura (sistema viário, redes de água, esgoto, gás, energia elétrica, telecomunicações. etc.); - Os equipamentos públicos e comunitários (praças, parques, escolas, hospitais, delegacias de polícia, sedes de órgãos públicos etc.); - As formas de uso e ocupação do solo urbano (bairros, loteamentos, construções, uso das edificações), zoneamentos, índices urbanísticos e licenciamento; - As ações de regularização fundiária e integração urbana de assentamentos precários; - Áreas de especial interesse social; - As ações de preservação do patrimônio artístico, paisagístico, histórico e cultural, entre outros tipos de atuação; - As tendências de expansão da estrutura urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Revisão bibliográfica; ✓ Estudos de caso; ✓ Levantamento e estruturação de dados secundários; ✓ Levantamento e estruturação de dados primários – trabalhos de campo; ✓ Reuniões técnicas com setores da Prefeitura; ✓ Produção cartográfica; ✓ Análises; ✓ Leitura técnica. 	<p>Na etapa de leitura e análise do território o Produto Esperado é um Relatório Técnico descritivo das condições encontradas no município em relação aos temas e subtemas propostos, consubstanciado por mapas, quadros, planilhas, gráficos e elementos necessários para a compreensão da realidade local.</p>
		Inventário urbanístico	<ul style="list-style-type: none"> - Tipologias arquitetônicas; - Equipamentos urbanos. 		
		Espaços públicos e qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> - Os sistemas gerais de espaços livres (parques urbanos); - A qualidade dos passeios públicos; - Os sistemas locais de espaços livres (praças, pracinhas, parques de esportes). 		
		Microclimas e conforto ambiental no espaço urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação das variáveis climáticas em relação aos ambientes urbanos e as condições de conforto ambiental. 		
		Mobilidade e transporte	<ul style="list-style-type: none"> - Centralidades urbanas; - Centralidades rurais; - Natureza da mobilidade (pessoas, bens e cargas, informações); 		

Etapa	Eixo temático	Tema	Subtemas	Meios metodológicos	Produtos esperados
			<ul style="list-style-type: none"> - Modais de transporte; - Linhas, malha, terminais e tarifas; - Acessibilidade; - Políticas públicas; - Informação pública. 		
LEITURA E ANÁLISE DO TERRITÓRIO	Governança pública	Governança pública	<p>Legislação incidente;</p> <p>Estruturas de organização e administração dirigidas à implementação das políticas públicas de ordenamento e gestão;</p> <p>Estruturas de Tecnologia da Informação (TI)</p>	<p>Revisão bibliográfica;</p> <p>Estudos de caso;</p> <p>Levantamento e estruturação de dados secundários;</p> <p>Levantamento e estruturação de dados primários – trabalhos de campo;</p> <p>Reuniões técnicas com setores da Prefeitura;</p> <p>Produção cartográfica;</p> <p>Análises;</p> <p>Leitura técnica.</p>	<p>Na etapa de leitura e análise do território o Produto Esperado é um Relatório Técnico descritivo das condições encontradas no município em relação aos temas e subtemas propostos, consubstanciado por mapas, quadros, planilhas, gráficos e elementos necessários para a compreensão da realidade local.</p>
LEITURA COMUNITÁRIA	Meio ambiente e sustentabilidade; Ordenamento do território urbano e rural; Governança pública		Identificação das características, os problemas, os conflitos e as potencialidades de cada um dos EIXOS trabalhados.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilização social; ✓ Questionários on-line e in loco; ✓ Palestras on-line; ✓ Consolidação da leitura comunitária; ✓ Reuniões setoriais. 	<p>Relatório consolidado das informações coletadas no processo de mobilização social.</p>

Etapa	Eixo temático	Tema	Subtemas	Meios metodológicos	Produtos esperados
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PROJETOS DE LEI</p>	<p>Meio ambiente e sustentabilidade; Ordenamento do território urbano e rural; Governança pública</p>		<p>Elaboração dos textos legais que conterão os princípios, objetivos, as diretrizes, ações, políticas públicas, parâmetros, planos e programas, os quais nortearão o desenvolvimento físico territorial e socioeconômico do Município.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração dos documentos pelo ITCO; ✓ Reuniões técnicas; ✓ Audiência Pública. 	<p>Minutas dos Projetos de Lei</p>

5. PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A participação da população nas tomadas de decisões para a elaboração do plano é de extrema importância, possibilitando atender as necessidades, direitos e anseios de toda a população do município.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) prevê a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Questões atuais como pandemia pelo Coronavírus são assuntos relevantes abordados nas reuniões comunitárias (urbana e rural) o qual compõe o processo de mobilização social objetivando a participação e sensibilização da população.

Considerando as dimensões do trabalho de desenvolvimento de um Plano Diretor, relativamente ao tempo, aos recursos humanos e financeiros envolvidos, vislumbram-se as possibilidades no que se refere à reunião da comunidade e dos setores organizados e das demais formas de participação: i) reuniões técnicas; ii) reuniões comunitárias; iii) reuniões setoriais; iv) aplicação de questionários *on-line* e presencial; v) audiências públicas.

No processo de elaboração do Plano Diretor de Posse - GO, os eventos serão realizados de forma compartilhada entre o ITCO e a equipe do Município. Cabe ao Município a organização e divulgação dos eventos e ao ITCO a promoção do suporte técnico e de conteúdo e participação de seus técnicos nos eventos.

i) Reuniões Técnicas

As Reuniões Técnicas se constituem como momentos de encontro entre o ITCO e os representantes do Núcleo Gestor para atuar no processo de elaboração do Plano. Estas reuniões têm como objetivo de definir métodos de trabalho, cronogramas, discussões técnicas e explanação de ações a serem realizadas no processo de elaboração do Plano Diretor. Ocorrerão durante todo o processo de elaboração do Plano Diretor.

ii) Reuniões Comunitárias

Como já abordado anteriormente, um processo de elaboração ou de revisão de um Plano Diretor pressupõe a participação ativa das comunidades locais, seja individualmente ou na

forma da sociedade organizada. Assim, a participação deve não somente ser quantitativa, mas sobretudo qualitativa, onde cada sujeito seja instado a se posicionar. Para tanto há a necessidade da realização de eventos e a aplicação de técnicas para a qualificação da participação.

Sendo uma das diretrizes para a política urbana prevista pela lei nº 10.257 de 2001, Estatuto da Cidades, a gestão participativa e democrática por meio da participação popular tem “o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental” (BRASIL, 2001).

De forma a assegurar a participação da população nas discussões e debates sobre o futuro da cidade, o processo participativo para elaboração do Plano Diretor vem orientado pela Resolução nº 25 do Conselho das Cidades, Ministério das Cidades. As reuniões comunitárias previstas nessa elaboração do Plano Diretor de Posse-GO têm como objetivos:

- ✓ Compreender os anseios e a dinâmica da cidade a partir da contribuição dada pela população;
- ✓ Criar espaços de diálogo junto aos diferentes atores da sociedade;
- ✓ Contribuir para o fortalecimento da cultura participativa na gestão da cidade e do território;
- ✓ Promover a transparência da gestão pública;
- ✓ Assegurar a elaboração de um Plano Diretor participativo.

Nas reuniões comunitárias da elaboração do Plano Diretor de Posse-GO, será apresentado o tema Plano Diretor e correlatos e em seguida proporcionar a participação da comunidade presente por meio de debates, pronunciamentos individuais verbais ou por escrito e incentivo a respostas ao questionário de percepção socioambiental, de modo que os cidadãos possam manifestar sua opinião, influenciando, assim, no destino da cidade para o bem da coletividade.

As reuniões comunitárias serão divulgadas por meio de mídias sociais, radio e jornais eletrônicos, faixas, cartazes e carros de som, de acordo com a disponibilidade de mídias pela Prefeitura Municipal.

A metodologia proposta consiste na apresentação de informações referentes ao processo do Plano Diretor por meio de um facilitador, no qual os cidadãos compreendam com clareza, de modo a garantir, de fato, o acesso e a participação de todos.

A partir de uma cartilha como instrumento guia, será solicitado que os participantes escrevam em um papel duas ações que julgam ser prioritárias para o seu bairro. Após, reunidas as ações almeçadas pela população, os participantes serão convidados a apontar e falar sobre a demanda colocada. Haverá registros fotográficos que serão encaminhados para a equipe técnica do ITCO para inclusão dos resultados na Leitura Comunitária e para subsidiar o conteúdo do Plano Diretor de Posse-GO bem como nas Leis complementares

As reuniões comunitárias serão organizadas de forma que as áreas urbana e rural sejam abrangidas. A Prefeitura Municipal será responsável pela reserva e preparação dos locais onde serão realizados os eventos, bem como a disponibilização do mobiliário necessário, envio e publicação de convites.

Quanto as reuniões na zona rural e urbana foram definidas os locais e os bairros abrangidos, porém o número de reuniões pode ser maior de acordo com a necessidade observada durante o desenvolvimento do plano. As reuniões rurais e urbanas definidas e os locais onde serão realizadas estão apresentadas a seguir:

Área Rural

- 1. Escola Municipal Joaquim Gomes dos Santos**
 - a) Prata e região
- 2. Escola Municipal Fausto Barbosa de Sousa**
 - a) Atoleiro e região
- 3. Escola Municipal Joaquim José dos Santos**
 - a) Nova Vista e região

Área Urbana:

- 1. Escola Municipal Eva Rosa**
 - a. Vila São José e bairros vizinhos;
- 2. Secretaria de Educação – Auditório Sebrae**
 - a. Centro e bairros vizinhos;
- 3. Escola Municipal Avani Pereira da Rosa e Silva**
 - a. Setor Santa Luzia e bairros vizinhos;
- 4. Escola Municipal Professora Maria Leite de Almeida Nascimento**

- a. Setor Mãe Bela e bairros vizinhos;
- b. Setor Buenos Aires e bairros vizinhos;

5. Escola Municipal Dr. Joaquim Pereira da Costa Sobrinho

- a. Setor Bela Vista e bairros vizinhos.

iii) Reuniões Setoriais

As Reuniões Setoriais têm como objetivo ouvir e captar as demandas específicas de setores da economia e da sociedade local no que tange à construção do Plano Diretor e demais legislações de forma a contribuir para o desenvolvimento em todos os âmbitos da sociedade.

Neste sentido, o núcleo gestor do Plano Diretor será responsável pela organização e o ITCO pela captação das contribuições das diferentes áreas. Devido tratar de grupos técnicos, as reuniões setoriais poderão ser realizadas de forma presencial, conforme acordado entre o núcleo gestor e ITCO.

Será realizada 1 (uma) reunião setorial dividida em três eixos temáticos (ambiente e condições de vida; mobilidade, equipamentos públicos e saneamento; e governança e urbanismo). Ademais, serão convidadas as instituições públicas e privadas para participar das reuniões (Quadro 3). Para a realização das reuniões setoriais pretende-se que os setores sejam atendidos, preferencialmente, de acordo com o seguinte agrupamento, sem prejuízo de outros que sejam identificados ao longo do processo.

Quadro 3: Eixos temáticos e instituições participantes das reuniões setoriais.

Eixo Temático	Entidades/Instituições	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ambiental e Condições de Vida 2. Mobilidade, Equipamentos Públicos e Saneamento 3. Governança e Urbanismo 	<ul style="list-style-type: none"> • SECOVI • Min. Público • IFGoiano • UEG • OAB • CDL • Terceiro Setor • Liderança Religiosa • BOMBEIROS • POLÍCIA MILITAR • Associação das Indústrias • Sindicato de Produtores Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Lojistas • CTAP • Associação do Bela Vista • SEBRAE • Projeto Lideranças para o desenvolvimento regional • Outras associações (Cultura e Esporte) • ABRAMULTI • APAE

Fonte: elaborado pelos autores.

iv) Aplicação de questionários

Uma das formas encontradas para a efetivação da participação da sociedade é a aplicação de questionários por meio dos quais a população se manifesta a partir de temas predefinidos. Com isto é possível gerar dados que podem ser sistematizados em gráficos, agrupados por bairros ou regiões, possibilitando a integração com a leitura técnica.

Haverá a aplicação de questionários online, formulados pela consultoria ITCO e revisados pelo núcleo gestor. Serão divulgados via redes sociais da Prefeitura Municipal e demais ações da Assessoria de Comunicação e site oficial do Plano Diretor.

Após o levantamento das informações, será avaliada a necessidade de aplicação de questionários presenciais em determinado público ou região, a ser realizada pela ITCO com apoio de representantes do núcleo gestor.

v) Audiências Públicas

As audiências públicas da elaboração do Plano Diretor têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o resultado dos trabalhos realizados e devem seguir as recomendações do Estatuto da Cidade e Conselho Nacional das Cidades. Deve ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local ou utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local, como, por exemplo, a divulgação por faixas, cartazes e carro de som.

A realização de Audiências Públicas durante o processo de elaboração do Plano Diretor é uma exigência legal, contudo, é importante que a metodologia das audiências não seja meramente de apresentação das propostas por parte de um corpo técnico do Município ou da Consultoria. Deve sobretudo ser um momento de ouvir os presentes e considerar os aspectos abordados no fechamento da etapa em questão.

A divulgação nos meios de comunicação local além da convocação por publicação de edital, é importante para referendar o evento. Deve ser realizada em horários acessíveis à maioria da população. Serão dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo abrirá as discussões aos presentes.

Deverá ainda ser garantida a participação de todos os cidadãos independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, neste sentido sugere-se que sejam organizados locais com estrutura para que as pessoas possam manifestar-se.

Ao final de cada uma será lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa, retratando o espírito da lei.

Além de toda a comunidade, é importante que participem também representantes da sociedade civil organizada (sindicatos, associações, institutos, universidades). A participação dos diversos atores sociais integra as ações de supervisão e acompanhamento da elaboração do trabalho.

Em se tratando de evento oficial, recomenda-se a participação do Prefeito ou de seu representante e devendo ser organizada pelo setor de Cerimonial da Prefeitura, pois inicialmente dar-se-á conhecimento da presença das autoridades e representantes da sociedade e a palavra aos mesmos para, em seguida realizar a apresentação dos conteúdos a serem discutidos.

Após as apresentações técnicas abre-se o momento para as discussões, franqueando a palavra a todos os cidadãos e representantes das instituições da sociedade civil organizada e do Poder Público presentes. Por fim lavra-se a ata.

Estão previstas pelo menos 02 (duas) Audiências Públicas, que devem ocorrer na Apresentação do Projeto de Lei da Elaboração do Plano Diretor. Alterações podem ser realizadas conjuntamente entre ITCO e equipe da prefeitura, conforme cronograma constante no tópico 6 deste Plano de Trabalho.

Conforme já evidenciado, as Audiências Públicas são eventos oficiais organizados e coordenados pelo Poder Executivo Municipal. Assim, cabe à consultoria contratada o apoio técnico para a elaboração do conteúdo e participação na apresentação deste, cabendo ao Núcleo Gestor do Município de Posse - GO a condução de todas as etapas de discussão.

5.1. Comunicação e divulgação

Considerando que a *internet* atualmente é uma das principais ferramentas de comunicação e divulgação de conteúdo, de acesso amplo e irrestrito a todos, este recurso será utilizado como meio de democratização das informações produzidas durante o processo de instituição do Plano Diretor de Posse-GO e como meio de capturar informações que farão parte da Leitura Comunitária.

Durante todo o processo de desenvolvimento do projeto, os trabalhos poderão ser acompanhados e fiscalizados por qualquer cidadão por meio da consulta dos relatórios,

pesquisas, gráficos, mapas e outros documentos do Plano Diretor que ficarão disponíveis no site <https://itco.org.br/plano-diretor/posse/>.

Para a divulgação dos eventos e demais informações serão utilizados outros meios, tais como faixas, cartazes, carros de som e outros de acordo com a disponibilidade de mídias pela Prefeitura Municipal.

A imprensa local deverá ser convidada, pelo Executivo Municipal, a acompanhar e divulgar todo o processo. Neste sentido é importante a atuação do setor de comunicação social da Prefeitura e de ações de assessoria de imprensa.

6. CRONOGRAMA

Pretende-se, em comum acordo com o Núcleo Gestor da elaboração do Plano Diretor no Município, cumprir o Cronograma Geral demonstrado no Quadro 2. O tempo de vigência do contrato são de 9 meses, com início em fevereiro de 2022. Porém será solicitado um aditivo no cronograma para finalização em abril de 2023, em decorrência de imprevistos no andamento das etapas.

Conforme disposições contratuais, a elaboração do Plano Diretor do Município de Posse-GO, dar-se-á por meio de 10 (dez) etapas, sendo que a primeira e segunda, Etapa Prévia e Plano de Ação Básico, já foram devidamente concluídas. No momento, o Plano de Trabalho é a fase atual, restando em aberto o Relatório de dados brutos (Comunitário) (Etapa IV), Diagnóstico Comunitário (Etapa V), Relatório de dados brutos (Técnico) (Etapa VI), Diagnóstico Técnico (Etapa VII), Plano de Ação (Etapa VIII), Projeto de lei do Plano Diretor, Zoneamento e Lei de Uso do solo (Etapa IX) e por fim o Projeto de lei do parcelamento do Solo e Condomínio de Lotes e (Etapa X), conforme apresentado no cronograma geral (Quadro 4).

Quadro 4: Consolidação do Cronograma Geral de etapas e eventos da elaboração do Plano Diretor de Posse.

ETAPA / EVENTO	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	PRODUTOS
I - Etapa Prévia	15	OK										Relatório Etapa Prévia
II - Plano de Trabalho				20								Plano de Trabalho
III - Plano de ação básico	25	OK										Plano de ação básico (Etapa 1)
IV – Relatório de dados brutos - Comunitário						15						Relatório de dados brutos
V - Diagnóstico Comunitário						30						Relatório Comunitário
Pesquisa de Percepção Socioambiental					30							Relatório da pesquisa de percepção
Reuniões Comunitárias						15						Atas ou relatórios, lista de presenças e registro fotográfico
Reuniões Setoriais						15						
VI – Diagnóstico de dados brutos - Técnico						30						Relatório de dados brutos
V - Diagnóstico Técnico							5					Relatório
Temas dos capítulos 5 e 7						15						Relatório Técnico da Leitura e Análise do Município
Temas Urbanismo (Cap.6)						25						
VI - Plano de ação sustentável									20			Plano de ação básico - Final
VII– Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial											13	Minuta do projeto de lei
Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo											13	
Projeto de Lei de Condomínio de Lotes											13	
Projeto de Lei de Parcelamento											13	
Audiências Públicas											13	

Fonte: elaborada pelos autores.

6.1. Eventos previstos em cada etapa

a) *Leitura e análise do território, diretrizes e ações*

- Reuniões técnicas de acordo com o eixo temático

b) *Leitura Comunitária*

- Reuniões Comunitárias
- Reuniões setoriais

c) *Projeto de Lei do PDOT*

- Reuniões técnicas
- Audiências Públicas

d) *Elaboração das Minutas dos Projetos de Lei*

- Reuniões técnicas de acordo com o eixo temático

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições constantes neste Plano de Trabalho foram construídas a partir de reuniões realizadas entre os consultores do ITCO e servidores do Núcleo Gestor do Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Posse-GO.

Este Plano de Trabalho compatibilizou os temas propostos, inicialmente, pelo Termo de Referência (TR) e, em seguida, conforme o contrato nº. 40/2022, a partir de um conceito e uma metodologia que proporcionará ao Município uma legislação condizente com as necessidades da cidade do século XXI, que emanem de “ideias que levem à reconsideração das tarefas do planejamento urbano, mais adequado às expectativas e ao contexto de um século cuja primeira década já revela transformações importantes, fortemente ancoradas no ambiente urbano” (WILHEIM, 2015) na construção de um planejamento urbano eficaz, eficiente e equânime.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislação>>. Vários acessos.

BRASIL. Lei n. 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.465/2017, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 80 p.

BUSTOS ROMERO, M. A. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DECARLI, N. FERRAREZE FILHO, P. Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 35-43, 2008. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131832/Plano_diretor_estatuto_cidade.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 20 set. 2021.

FAVARÃO, C. B.; COSTA, M. A. Governança e políticas nacionais urbanas: capacidade e desenvolvimento institucional. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar B. **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: IPEA, 2018. cap. 3, p. 45-58. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8632>. Acesso em julho de 2020.

GOUVÊA, L. A. **Biocidade: conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano, em localidades de clima tropical de planalto**. São Paulo: Nobel, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico** - Características da população e dos domicílios. 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em: 23 set. 2021.

ITCO. Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro-Oeste. Plano Diretor de Posse. 2022. Disponível em: <https://itco.org.br/plano-diretor/posse/>. Acesso em: 03 maio. 2022.

OLGYAY, V. **Arquitetura y Clima: Manual de diseño bioclimático para arquitectos y urbanistas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

POSSE (GO). Prefeitura. 2017. Disponível em: <http://posse.go.gov.br/index.php/cidade>. Acesso em: maio 2017.

PREFEITURA DE POSSE. Plano Diretor. Disponível em: <https://itco.org.br/plano-diretor/posse/>. Acesso em: 22 junho 2022.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. Governança pública: uma elaboração conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089> . Acesso em julho de 2020.

VASCONCELOS, Eduardo de Alcantara de. **Mobilidade Urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 2012. 216 p.

WILHEIM, Jorge. **Cidades para tempos novos: urbanismo e planejamento no século XXI, de um livro inacabado**. 2015. Disponível em: http://www.jorgewilheim.com.br/app/webroot/files/uploads/ckfinder/files/JorgeWilheim_CidadeParaTemposNovos.pdf . Acesso em: 04 jul. de 2020.